

**DISCURSIVIZANDO A HISTÓRIA DO PRESENTE NA IMPRENSA
O RESGATE DOS REFÉNS DAS FARC (nov. 2007- jan. 2008)**

Lucia M. A . Ferreira
Unirio
Doutora em Lingüística
Docente PPGMS
Av. Pasteur 458, Urca
CEP 22290-240
Tel: (21) 2542-2820
lmaf@connection.com.br

RESUMO:

Na contemporaneidade, a mediação da imprensa passou a fazer parte da trama dos discursos e da própria ação política, constituindo-se em cena fundamental não apenas da vida pública, mas também da vida privada. Nas hierarquizações, acomodações, silenciamentos e deslocamentos de sentido que se inscrevem na materialidade da linguagem (verbal ou imagética) vão sendo construídas interpretações que poderão vir a estabilizar-se no imaginário social, conferindo aos acontecimentos a condição de históricos e memoráveis. Funcionando em diferentes dimensões temporais simultaneamente, ao mesmo tempo em que nos oferecem uma interpretação da atualidade, os jornais ressemantizam o passado e selecionam aquilo que vai ser lembrado no futuro. Neste trabalho, resultado de uma pesquisa em andamento, procuro compreender os processos discursivos que sustentam alguns dos efeitos de sentido suscitados pelas narrativas jornalísticas acerca de um acontecimento recente, o resgate dos reféns das Farc, procurando flagrar o trabalho do discurso sobre o acontecimento, as identificações e as redes de memória a que é filiado, antes mesmo de sua ocorrência.

Palavras-chave: discurso jornalístico; história do presente; reféns das Farc

INTRODUÇÃO

Se a história e o jornalismo podem, em alguns casos, coincidir sem se confundirem e, em outros, relacionam-se de modo conflituoso, é importante destacar, como observa Jean Lacouture, que nas sociedades contemporâneas, marcadas por uma demanda por imediação na comunicação, por informação e por inteligibilidade, “o veículo e o lugar privilegiado da história imediata assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa”ⁱ.

Normalmente, a percepção de que determinados eventos são históricos se faz a posteriori, às vezes muitos anos depois. Boaventura Santos, observa que, enquanto o que chama de “atualidade noticiosa” se pauta pela realidade dominante e pelos significados constituídos, os acontecimentos históricos rompem com essa realidade e são portadores de significados emergentes, constituintes, destinados a fazer história em vez de a reproduzir”ⁱⁱ. Esta percepção encontra eco em Lacouture,

para quem a distinção entre o trabalho do historiador e o do jornalista é decorrente da “diferença dos níveis de escuta” e do modo de relatar e circunscrever o acontecimento em sua realidadeⁱⁱⁱ.

Reconhecendo a dificuldade em delimitar as fronteiras da história imediata, Lacouture destaca como componentes irreduzíveis do campo, “a um só tempo, proximidade temporal da obra em relação ao tema tratado e proximidade do autor em relação à crise estudada^{iv}”. Com estes critérios, no entanto, nem sempre é tarefa simples distinguir as operações que produzirão uma análise jornalística dos procedimentos da história imediata.

Não é minha pretensão neste trabalho examinar as fronteiras entre a produção jornalística e a da história imediata, mas destacar que ambas têm no acontecimento a sua matéria prima, e sublinhar a relevância dos estudos sobre a produção da imprensa e sua participação em nosso modo de ver e perceber o mundo contemporâneo. Trazendo então a discussão para o campo da memória e do discurso, com Michel Pêcheux^v, eu diria que jornalismo e história são situados no âmbito das disciplinas de interpretação. O acontecimento, flagrado seja do campo do jornalismo, seja do da história, será sempre tomado em redes de memória associadas a diferentes formações discursivas e diferentes posições de sujeito, dando lugar a filiações identificadoras. À análise do discurso cabe “explicitar as montagens, os arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados”^{vi} produzidos por um e pelo outro. É neste sentido e com base nos fundamentos da vertente francesa da análise do discurso (AD) que examino a produção jornalística sobre um acontecimento de grande relevância e repercussão política na América Latina.

O ACONTECIMENTO NA IMPRENSA E OS CAMINHOS DA PESQUISA

Nas hierarquizações, acomodações e deslocamentos de sentido que se inscrevem na materialidade da linguagem (verbal ou imagética) vão sendo construídas nas páginas dos periódicos representações dos acontecimentos que poderão vir a estabilizar-se no imaginário social e que, muitas vezes, lhes conferem a condição de acontecimento histórico e memorável, funcionando, portanto, em diferentes dimensões temporais simultaneamente.

No discurso jornalístico são utilizados saberes já estabelecidos, citações de autoridade, em uma linguagem em que se procura apagar as marcas da interpretação “em nome de fatos que falam por si”. A evidência de visibilidade, contudo, “resulta de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído”. São propriedades invariantes do discurso jornalístico de referência a sua submissão às relações de poder vigentes e sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. Assim, ao relatar os acontecimentos, os jornais mobilizam uma

memória já constituída sobre o seu funcionamento e a partir daí vão “desambigüizando” e ordenando o mundo, exercendo uma determinação nos sentidos e produzindo consensos. Do ponto de vista discursivo, tudo isso se processa a partir de um trabalho no plano da língua que nem sempre é perceptível para o sujeito histórico, esteja ele encarnado no jornalista ou no leitor^{vii}.

Neste trabalho, resultado parcial de uma pesquisa em andamento, examino um *corpus* composto de matérias jornalísticas sobre a libertação dos reféns colombianos pelas Farc, publicadas no jornal O Globo, no período de 06 de novembro de 2007 a 13 de janeiro de 2008. Clara Rojas, assessora de campanha da ex-candidata presidencial colombiana, Ingrid Betancourt, e a ex-congressista Consuelo Gonzáles foram libertadas no dia 10 de janeiro de 2008. Foram foco de minha observação textos publicados na editoria O Mundo e textos dos colunistas. O acompanhamento dos relatos jornalísticos e a análise do confronto discursivo entre as denominações do acontecimento permitiram-me investigar a forma como a representação ia sendo construída ao longo do tempo, à medida que eram realizadas as negociações para a libertação dos reféns. Era, então, minha pretensão flagrar o trabalho do discurso sobre o acontecimento, as identificações e as redes de memória a que seria filiado, antes mesmo de sua ocorrência. Focalizando duas regiões da construção discursiva dos sentidos, as seguintes perguntas nortearam a análise: (a) Que redes de sentido são construídas em torno do acontecimento e que posições ocupa o sujeito do discurso? (b) De que forma se constitui a eficácia simbólica do discurso jornalístico sobre o acontecimento?

TECENDO AS REDES DE MEMÓRIA – O PROTAGONISMO DE CHÁVEZ

Durante os meses de novembro e dezembro, em meio a acontecimentos importantes para o futuro político da América Latina (o referendo na Venezuela, a 17a. Cúpula Ibero-Americana, os conflitos na Bolívia, a posse da presidente argentina, Cristina Kirshner, as negociações para a libertação dos reféns das Farc), o principal protagonista dos acontecimentos na mídia foi, sem dúvida, o presidente Hugo Chávez, que havia assumido o papel de mediador entre as Farc e o governo colombiano.

A cobertura da campanha que antecedeu o referendo foi bastante ampla e, de forma didática, vai sendo construída e reiterada na narrativa jornalística a imagem de um presidente voluntarioso, autoritário, de uma Venezuela dividida, dos sinais de fadiga da revolução bolivariana e dos fracassos na política exterior. O texto do jornal espanhol El País, intitulado “A história oculta venezuelana”, publicado por O Globo em 6 de novembro é emblemático e pré-configura

discursivamente tanto o acontecimento do referendo venezuelano quanto a participação do presidente Chávez na interlocução com o comando das Farc sobre o resgate dos reféns:

Enquanto o mundo discute, em meio ao espanto de uns e à admiração de outros, as mudanças que Hugo Chávez impõe na Venezuela, outras transformações igualmente profundas mas menos visíveis estão ocorrendo no país. A Venezuela se converteu num importante centro de operações de redes criminosas que operam internacionalmente.

Além da reprodução de textos do El País com fortes críticas a Chávez, outras vozes opositoras são também ouvidas: o ex-ministro da defesa Raúl Isaias Baduel (6/11), a ex-esposa (13/11), os estudantes que protestam contra a perda de autonomia (13/11; 30/11), os intelectuais que assinam texto sobre a perda das garantias democráticas no projeto de reforma constitucional proposto por Chávez. Na ampla cobertura dos acontecimentos que antecederam o referendo, o discurso jornalístico também convoca as vozes de especialistas brasileiros, como o advogado constitucionalista Luís Roberto Barroso e a cientista política da FGV Celina D' Araújo, que comentam e analisam a proposta de reforma constitucional venezuelana (28/11). Em 30 de novembro, O Globo apresenta ampla cobertura de uma grande manifestação estudantil (uma nova e poderosa voz) contra a reforma, em matéria intitulada "O dia do 'não' - estudantes tomam centro de Caracas na maior manifestação contra a reforma de Chávez". As grandes reportagens muitas vezes apresentam boxes com análises que, de forma didática, oferecem ao leitor severa crítica sobre a proposta de reforma constitucional de Chávez. Este é o caso, por exemplo, da edição de 30 de novembro em que a coluna A Reforma Passo a Passo, do jornalista Renato Galeno, analisa o Artigo 115, que diz respeito ao direito de propriedade. Nos comentários, o discurso jornalístico se apropria das observações de economistas, advogados e cientistas políticos venezuelanos e brasileiros. O box contendo a coluna A Reforma Passo a Passo é um recurso discursivo de que O Globo se utilizará durante todo o mês de novembro para analisar e criticar a proposta de reforma constitucional.

Em pouquíssimos momentos foram abordados na cobertura de O Globo durante o mês de novembro possíveis acertos do governo Chávez. Por vezes, em defesa da democracia venezuelana e de um novo mandato para Chávez falava o Itamaraty, argumentando não haver presos políticos ou fechamento do Congresso (21/11). Também é mencionado o presidente Lula, que, em defesa do presidente venezuelano, evoca as sucessivas reconduções de Margareth Thatcher e Helmut Kohl ao posto de primeiro ministro (6/11).

Vale notar que o protagonismo de Chávez acaba por enquadrar também outros acontecimentos políticos internacionais, como é o caso da cobertura da 3ª Cúpula de Chefes de Estado da OPEP,

realizada em Riad em 17/11. A volta do Equador e a entrada de Angola no grupo não recebem destaque especial. Tampouco compõem a manchete as reações do presidente iraniano às perguntas dos repórteres sobre uma possível ação militar dos Estados Unidos contra o Irã. Na manchete de O Globo quem reage é Chávez:

Chávez: petróleo pode ir a US\$ 200 se EUA invadirem Irã. (18/11)

No que diz respeito à libertação dos reféns, até meados do mês de novembro, a principal rede de filiação de sentidos a que o resgate dos reféns é vinculado diz respeito aos embates locais entre o governo colombiano e as Farc e a intermediação do presidente venezuelano. Em 22/11, o presidente Álvaro Uribe desautoriza a atuação do presidente Chávez e da senadora Piedad Córdoba como mediadores, após Chávez ter ignorado um pedido para não entrar em contato direto com comandantes militares colombianos. O episódio deflagra grave crise entre os dois países e a Venezuela rompe relações diplomáticas com a Colômbia (29/11).

A edição do dia 1º. de dezembro traz ampla cobertura das manifestações populares sobre a reforma constitucional venezuelana e também sobre os reféns das Farc. Logo na 1ª página, O Globo apresenta uma impactante imagem fotográfica do último comício de Chávez antes do referendo popular. Na legenda, o jornal diz que durante o comício Chávez ameaçou pegar em armas para defender a Venezuela e que afirmou estar preparado para ficar no poder até 2050.

Ainda na 1ª página da edição do dia 1º. de dezembro, ao lado da foto do comício, em tamanho menor, é publicada a 1ª foto da ex-senadora Ingrid Betancourt após 4 anos de cativeiro. Proveniente de um vídeo que deveria servir de prova de que Ingrid estaria viva e que foi apreendido pelo governo colombiano, a foto irá ser repetidamente publicada pelos meios de comunicação e afixada em lugares públicos na França. Ela retrata a ex-senadora abatida, magra, de cabelos longos e olhos baixos, aparentemente acorrentada^{viii}. Na página 4 da editoria O Mundo a fotografia é publicada novamente em tamanho maior, ao lado de outra foto da ex-senadora, de 2001. A partir desta edição, o resgate dos reféns irá ser também vinculado a outras redes de sentido no *corpus* de textos jornalísticos examinado.

NOVAS REDES DE FILIAÇÃO DE SENTIDO – O APELO À OPINIÃO PÚBLICA INTERNACIONAL

Pressionado a aceitar novamente a mediação de Chávez após a apresentação das provas de vida dos reféns, o presidente colombiano sugere que o presidente francês, Nicolas Sarkozy, participe do processo de negociação para o resgate dos reféns. A entrada de Sarkozy no processo de

mediação instaura uma nova rede de filiação de sentidos e memória ao processo, até então fortemente vinculado aos embates locais entre o governo colombiano e a guerrilha e a intermediação de Chávez. Sarkozy se compromete a buscar um “acordo humanitário” na Colômbia que permita a troca dos seqüestrados por guerrilheiros presos (20/12). Também a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, em seu discurso de posse, se refere à libertação de Ingrid Betencourt como “uma questão humanitária internacional” (11/12). A nova rede de filiação de sentidos instaurada a partir das falas dos dois presidentes destacadas pelos jornais reconfigura o acontecimento e o remete agora à questão dos direitos humanos universais.

Em meados de dezembro, após fracassadas tentativas de negociação, as Farc anunciam a libertação unilateral e incondicional de três reféns como “gesto de desagravo às famílias dos seqüestrados, a Chávez e à Senadora Piedad Córdoba” (19/12). Tece-se então um fio narrativo que tem como efeito de sentido, além do ato de retratação e reparação a aqueles que teriam sido atingidos pela interrupção nas negociações, um claro apelo à opinião pública internacional e uma afronta ao governo colombiano.

As redes de filiação de sentidos a que o acontecimento vai sendo associado ao longo do tempo se ampliam. A família, emocionalmente abalada, apela a Uribe para que aceite as condições dos guerrilheiros (desmilitarização de dois municípios) e encare a libertação dos reféns como “gesto de boa vontade” das Farc (20/12).

Os analistas convocados pela imprensa, por sua vez, examinam a questão do ponto de vista da estratégia política e vêem a libertação unilateral como “Habilidosa estratégia política contra o governo colombiano” e “gesto calculado para conservar a interlocução” (22/12) que as Farc ganharam com a entrada de líderes internacionais na crise.

O presidente Chávez também passa a evocar a rede de memória que associa a libertação dos reféns aos direitos humanos. Ao afirmar que “A única coisa que nos falta é a autorização do governo colombiano para que inicie a operação humanitária”, silencia o sentido ideológico e político da operação e atribui a Uribe o possível fracasso do acontecimento.

Do dia 27 de dezembro em diante, o acontecimento passa a ser novamente enquadrado a partir do lugar de Chávez no confronto político que está em curso. Paralelamente, nas avaliações do discurso jornalístico ganha relevo uma memória discursiva que associa as Farc ao narcotráfico. Para o governo colombiano, o tempo em que as Farc eram guiadas por objetivos políticos acabou; a guerrilha teria sido seduzida pelos lucros do narcotráfico. Esta memória, no entanto, é desautorizada por Chávez, para quem as Farc agem a partir de uma ideologia e de um propósito político.

Na materialidade do discurso, percebe-se a inserção do dizer nos jogos de forças a que as redes de filiações de sentidos estão associadas. No início de janeiro, após o fracasso da primeira operação de resgate, as Farc dizem não poder dar continuidade ao processo de libertação por medida de segurança. A Colômbia estaria planejando uma operação militar. Na seqüência, Uribe anuncia que o menino Emmanuel estaria em um orfanato em Bogotá e conseqüentemente as Farc teriam mentido sobre a sua libertação (01/01).

Paralelamente aos relatos das idas e vindas da operação de resgate, dos embates entre Uribe e as Farc e da confirmação de que o menino era mesmo filho da refém Clara Rojas, mais uma rede de sentidos ganha relevo, principalmente na voz do comentarista Merval Pereira em sua coluna nos dias 2 e 6 de janeiro. Destacando o caráter político da operação, o jornalista reinstaura no discurso uma rede de sentidos que associa o governo brasileiro ao venezuelano e às Farc. O assessor do Presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, representante brasileiro na delegação internacional que iria acompanhar a operação de resgate, seria um dos fundadores do Foro de São Paulo, organismo fundado em 1990 com apoio do Partido dos Trabalhadores e que abriga partidos políticos de esquerda e organizações guerrilheiras, como as Farc.

A crítica ao posicionamento do governo brasileiro por ter “embarcado na aventura chavista” ganha novos efeitos de sentido quando o jornalista se apóia na análise do professor de História Contemporânea da UFRJ Francisco Carlos Teixeira, que atribui o erro à ineficiência da ABIN. Segundo o professor, a ABIN “não deveria ter permitido que um alto funcionário do governo brasileiro se envolvesse nisso sem uma informação prévia de qualidade”.

No texto do colunista, a voz do especialista ecoa de forma mais nítida em citações diretas e indiretas, até ser totalmente apropriada, ao se apagarem para o leitor as marcas que distinguiriam as duas vozes.

Com freqüência, no discurso jornalístico, especialistas são convocados para opinar e explicar os acontecimentos e assim ampliar as redes de sentidos a que podem ser filiados. Suas vozes e interpretações podem aparecer tanto em entrevistas *ping-pong* quanto em citações nos relatos jornalísticos. Ao tomar emprestadas essas vozes, o discurso jornalístico mobiliza uma memória já constituída sobre o acontecimento e a faz trabalhar a seu favor. O recurso a essas vozes faz parte dos mecanismos que conferem ao discurso jornalístico sua eficácia simbólica na determinação dos sentidos sobre o acontecimento.

A ex-assessora de Ingrid Betancourt, Clara Rojas, e a ex-parlamentar Consuelo González foram libertadas no dia 10 de janeiro e o acontecimento ganhou novas redes de filiação de sentido que evocavam a vida privada das duas e do menino, os testes de DNA que comprovaram ser

Emmanuel filho de Clara, a vida no cativeiro, as privações, a volta para casa depois de tantos anos, as perdas e os ganhos afetivos. Isto não significa, no entanto, que as redes estabelecidas anteriormente tenham sido esquecidas. Em sua coluna de 11/01, o jornalista Merval Pereira volta a evocar a relação de membros do governo brasileiro com o Foro de S. Paulo, que, ao abrigar organizações criminosas como as Farc, “retira da reunião o caráter democrático que eventualmente pudesse ter”. Também com a libertação, volta ao noticiário o protagonismo de Chávez, abalado desde o final de dezembro com o fracasso da primeira tentativa de liberação dos reféns. Na edição do dia 12/01, O Globo destaca um pronunciamento em que o presidente venezuelano diz que continuará a lutar pela libertação dos outros reféns; a “Venezuela continuará abrindo caminhos para a paz na Colômbia. Estamos às ordens”^{ix}.

O confronto discursivo referente à atuação das Farc também ganha força. A edição de 12/01 destaca o apelo do presidente venezuelano para que a Colômbia e outros países do continente e da Europa deixem de considerar as Farc e o ELN (Exército de Libertação Nacional) como grupos terroristas: “É preciso dar-lhes reconhecimento, pois são forças insurgentes com um projeto político, um projeto bolivariano”. Na avaliação do governo brasileiro, segundo o jornal, esta iniciativa facilitaria a liberação de outros reféns. Mas está longe algum consenso a respeito, como se pode depreender na edição de 13/01, em que o jornalista Merval Pereira qualifica a proposta como “insensata” e “ofensa aos reféns ainda sob domínio das Farc”. A edição de 13/01 também evidencia o embate, pois a proposta de Chávez é imediatamente rechaçada por Uribe e não é endossada por outros presidentes latino-americanos. Trata-se de um embate político em curso e que poderá ter desdobramentos imprevisíveis. Consideradas um grupo terrorista formado por narcoguerrilheiros pela Colômbia, as Farc se autodenominam “uma força beligerante que espera ser reconhecida”; sua “luta sustenta-se no direito que todos os povos têm de manifestar-se contra a opressão” (12/01).

Também é na edição de 12/01 que vemos uma referência à hipótese, levantada pela analista política colombiana Natalia Springer, de que as Farc teriam sido pagas pelos governos venezuelano e francês para libertar os reféns.

AS DENOMINAÇÕES E AS REDES DE SENTIDO

As formas de nomear um acontecimento tornam visíveis as relações de poder e os embates entre as diferentes formações discursivas que disputam a hegemonia no processo de significar. Ao organizar diferentes regiões de sentido, as denominações também significam pelo que não dizem, tornando evidentes as forças em jogo.

No que diz respeito às Farc, as formações discursivas em disputa pleiteiam o direito de filiá-las e integrá-las a diferentes redes de sentido e para tal as nomeiam, descrevem e qualificam de diferentes posições no discurso. Os enunciados a seguir, embora remetam a um mesmo referente, não estão em relação parafrástica:

Uma guerrilha esquerdista que perdeu o rumo. (seção Opinião de O Globo)

Um bando que faz de gente inocente moeda de troca (seção Opinião de O Globo)

Grupo terrorista formado por narcoguerrilheiros (governo colombiano)

Uma força beligerante que espera ser reconhecida; sua luta sustenta-se no direito que todos os povos têm de manifestar-se contra a opressão (autodenominação)

Forças insurgentes com um projeto bolivariano (presidente Chávez)

A disputa entre as diferentes formações discursivas pode também ser evidenciada nas formas de referência às negociações e à libertação unilateral dos reféns. Conquanto o acontecimento a ser nomeado seja o mesmo, os enunciados não constroem as mesmas significações:

As negociações

Troca de reféns colombianos e estrangeiros por guerrilheiros presos

Acordo humanitário

Operação humanitária

Questão humanitária internacional

Aventura chavista

Operação marqueteira de Chávez

Show de propaganda e autopromoção

Samba do crioulo doido

Farsa

A libertação unilateral dos reféns pelas Farc

Gesto de desagravo às famílias, a Chávez e à Senadora Piedad Córdoba

Gesto de boa vontade das Farc

Habilidosa estratégia política contra o governo colombiano

Gesto calculado para conservar a interlocução

Os embates, adesões e silenciamentos em torno das formas de denominação e definição do acontecimento permitem acompanhar as reconfigurações e as tendências históricas na produção do sentido e as redes de memória a que poderá ser associado no futuro. Estas e outras denominações para o acontecimento e para os atores nele envolvidos estão, decerto, instaladas no interdiscurso. Não serão as únicas e nem serão necessariamente lembradas no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias de hoje, a mediação faz parte da trama dos discursos e da própria ação política. Para muitos de nós, será a imprensa que orientará a produção de sentidos, a percepção, a inteligibilidade e a interpretação dos acontecimentos relacionados à libertação dos reféns das Farc e dos guerrilheiros presos. Além das redes de sentido aqui identificadas, muitas outras surgirão, pois o acontecimento é sempre interpretado a partir do ponto de encontro de uma atualidade com uma memória, como indica Pêcheux.

Na materialidade dos enunciados estão inscritas as tensões sócio-históricas que determinaram a sua configuração. O acontecimento pré-configurado como “uma troca de reféns colombianos e estrangeiros por guerrilheiros presos” foi, no seu contexto de atualidade e espaço de memória, reconfigurado de diferentes formas como indicam as denominações elencadas acima. Os fios narrativos e as memórias evocadas por estas denominações configuram embates ideológicos e políticos em curso e não sabemos qual ou quais deles serão rememorados no futuro.

No que diz respeito à escrita da história do presente nas páginas dos periódicos, o que se percebe no acompanhamento diário dos diferentes relatos acerca da operação de resgate é uma imperiosa necessidade de interpretar e organizar direções de sentido para o acontecimento. São constantes os deslocamentos e realocamentos de memória .

Como observa Pêcheux, no discurso da imprensa, o acontecimento “remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente ... e profundamente opaco”. Se a ancoragem factual reforça a ilusão de unidade e transparência, a opacidade se inscreve no “jogo oblíquo das denominações”^x.

A eficácia simbólica do discurso da imprensa advém de suas estratégias enunciativas. No caso em pauta, é constante o recurso às vozes de especialistas de diferentes campos que ampliam a rede de sentidos a que o acontecimento será vinculado e contribuem conferindo autoridade e credibilidade às narrativas jornalísticas. Em alguns casos essas vozes funcionam como mero

apêndice confirmativo de uma visão já configurada, sempre construindo um efeito de consistência e coerência no discurso.

REFERÊNCIAS

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: Le Goff, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso – estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

SANTOS, Boaventura de S. *Um acontecimento histórico*. <http://alainet.org/active/12765&lang=es>. Acessado em 26/04/2008.

Notas

ⁱ Lacouture, 2005, p. 288-293.

ⁱⁱ Santos, 2006.

ⁱⁱⁱ Lacouture, 2005, p. 311-312.

^{iv} Ibid. p. 288-293.

^v Pêcheux, 2002, p. 54

^{vi} Ibid. p. 60, nota 4.

^{vii} Mariani, 1998, p. 59-66.

^{viii} Na verdade, a ex-senadora usava uma pulseira que aparece mais claramente nas fotos tiradas após a sua fuga em julho de 2008.

^{ix} No início das negociações para a troca de reféns por guerrilheiros presos na Colômbia, as Farc propunham libertar 46 reféns em troca de 500 guerrilheiros. As negociações continuaram desde o final deste segmento da pesquisa. O acontecimento ganhou novas nuances com o resgate de Ingrid Betancourt e de mais 14 reféns em 2 de julho de 2008.

^x Pêcheux, Michel. 2002, p. 19-20.